



Processo nº : 10480.015446/2002-15

Recursos nº : 124.387

Recorrente : PREMIER PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Recorrida : DRJ em Recife - PE

RESOLUÇÃO Nº 203-00.566

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
PREMIER PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, declinar competência para o Terceiro Conselho de Contribuintes.**

Sala das Sessões em 20 de outubro de 2004

Leonardo de Andrade Couto

Leonardo de Andrade Couto

Presidente

Cesar Mantavigna

Cesar Mantavigna

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Rosa da Costa, Maria Teresa Martínez López, Emanuel Dantas de Assis Valdemar Ludvig, Luciana Pato Peçanha Martins e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Eaal/imp



Processo nº : 10480.015446/2002-15
Recursos nº : 124.387

Recorrente : PREMIER PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

RELATÓRIO

Em 12/11/2002 foi imputado débito de Cofins à Recorrente, mediante auto de infração (fls. 157/161), no montante de R\$ 343.215,15, que acrescido de juros e multa alcançou à cifra de R\$725.209,75.

A pendência, condizente ao período de 01/98 a 06/02, decorreria de valores não pagos pela contribuinte (fl. 158).

A contribuinte manifestou-se à fl. 164 dizendo que a fiscalização promoveu o arbitramento da Cofins, pois teria levado em consideração no levantamento da dívida apenas o faturamento registrado no livro de apuração de ICMS. Assim, impôs carga tributária superestimada, já que deveria sujeitar à exação valores retratados em livro caixa, livro diário e razão que somente estariam sendo apresentados após as intimações retratadas às fls. 08/11, e declarações de fls. 28, 29, 30 e 31.

Decisão do Colegiado de piso (fls. 166/170) confirmou integralmente a cobrança fiscal.

Recurso voluntário (fls. 175/180) sustenta que o auto de infração não poderia ter sido lavrado, na medida em que ato que excluía a Recorrente do SIMPLES figuraria como impedimento à imputação tributária referida. A Recorrente não teria sido intimada de sua exclusão do SIMPLES, cujo ato correspondente poderia ter sido atacado pelo processo administrativo fiscal previsto no Decreto nº 70.235/72.

Diligência determinada para obtenção de informações a respeito da exclusão da Recorrente do SIMPLES.

Resposta da diligência mediante documentos anexos às fls. 218/222.

É o relatório, no essencial.



Processo nº : 10480.015446/2002-15
Recursos nº : 124.387

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
CESAR PIANTAVIGNA

A argumentação erguida pela contribuinte em sua irresignação recursal (fls. 177/180), e a conclusão a ser dela alcançada, desponta como questão prejudicial ao desfecho do feito em apreço, devendo, por conta de tal aspecto, ser suplantada para que se proporcione a regular definição da cobrança fiscal tratada nesses autos.

Ainda que o exame do ponto implique em definição incidental de questão para que se dê o desfecho da exigência fazendária em foco, forçoso reconhecer que o tema nela implícito está associado à competência do 3º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, consoante extraí-se do artigo 9º, XIV, do Regimento Interno desta Corte:

"Artigo 9º. Compete ao 3º Conselho de Contribuintes julgar os recursos de ofício e voluntários de decisão de primeira instância sobre a aplicação de legislação referente a:

XIV – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES);"

Sendo assim, a abordagem específica da legitimidade da exclusão da Recorrente do SIMPLES, aferível dos documentos anexos às fls. 218/221 e da legislação regente da matéria (Lei nº 9.317/96 e Decreto nº 70.235/72), merece ser promovida pelo citado Conselho, servindo o seu pronunciamento ao posterior desfecho a ser implementado por este 2º Conselho de Contribuintes quanto à cobrança fiscal encetada nesses autos.

Ante ao exposto, voto por declinar a competência para análise da questão delimitada neste voto ao Terceiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2004

CESAR PIANTAVIGNA